

# Médicos Italianos e a Prática Médica no Estado de São Paulo no Período da Grande Imigração

Maria do Rosário Rolfsen Salles<sup>1</sup>

Este trabalho resulta de reflexões anteriores sobre a imigração de profissionais italianos da área médica para São Paulo provenientes de diversas regiões da Itália durante as décadas finais do século XIX e primeiras do século XX (SALLES, 1997).

O objetivo aqui é traçar, rapidamente, um sumário das várias levas de profissionais médicos italianos que entraram no Brasil e particularmente em São Paulo, no período mencionado, enfatizando as políticas de saúde e as fontes utilizadas para a apreensão das trajetórias profissionais tendo como pano de fundo o contexto da constituição do campo médico paulista.

## As Diferentes Levas de Profissionais Médicos Italianos Entrados no Brasil e em São Paulo

Utilizando diferentes tipos de fontes, destacando-se biografias, memórias e trajetórias do que se denominou o “grupo de médicos italianos” na corrente imigratória, foi possível identificar as seguintes “levas”:

Grupo 1 - Entre 1880 até o final do século XIX, verifica-se a entrada de viajantes e exilados políticos, ativistas, liberais, abolicionistas, maçons, republicanos, e também médicos da Corte, no Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Nessa primeira leva já se esboça, uma participação em associações profissionais e na criação das primeiras sociedades de caráter associacionista e étnico voltadas ao mútuo-socorro. Identifica-se uma barreira à entrada e ao exercício profissional, pela obrigatoriedade de reconhecimento dos títulos e diplomas italianos.

Grupo 2 - de 1900 a 1910. Instala-se uma corrente claramente dirigida para São Paulo, em função da abertura do “mercado” a pesquisadores e médicos estrangeiros para suprir a escassez de profissionais da área da saúde nacionais. Dá-se o agravamento dos problemas sanitários no Estado pelo aumento da população devido à imigração e ao crescimento das epidemias, que logo aparecem associadas aos imigrantes. É um período que se caracteriza pela organização étnica e profissional quando foram criadas e consolidadas associações para o mútuo socorro e de caráter científico e profissional destacando-se entre elas, as voltadas para a fundação de um hospital italiano em São Paulo (o Umberto I, em 1904) e as sociedades de beneficência. Nesse período foram inaugurados o Instituto Pasteur e outras instituições de pesquisa e vacinação.

Grupo 3 - de 1910 a 1919. A década se caracteriza pela afirmação do grupo de médicos italianos em São Paulo. Foram criadas a Universidade Livre de São Paulo e logo

em seguida, em 1913, a Faculdade de Medicina de São Paulo, que atraiu professores universitários, e associações profissionais lideradas pelos mais qualificados. Por outro lado, a corrente que se dirige ao interior, fortalece o associacionismo. Desenvolvem-se conflitos no exercício profissional entre brasileiros e estrangeiros.

Grupo 4 - de 1920 a 1930. A competição intraprofissional e inter profissões aumenta com a entrada no mercado de trabalho de egressos da Faculdade de Medicina de São Paulo. A profissão médica se afirma frente às áreas afins, algumas ocupações foram excluídas devido à institucionalização e profissionalização da medicina. Diminui o número de estrangeiros que se estabelecem no país.

Grupo 5 - de 1930 a 1940- Cai drasticamente o índice de entrada de imigrantes, acirra-se o conflito dentro do grupo italiano pela ascensão do fascismo na Europa. Início da intervenção nas sociedades italianas e aumento dos movimentos nacionalistas (intervenção junto ao Umberto I, que passa a se chamar Hospital Nossa Senhora Aparecida).

## Fontes para o Estudo da Vinda de Médicos Italianos e do Campo Médico Paulista no Período da Grande Imigração

Aqui se fará menção às fontes e sua utilização. Em primeiro lugar, a pesquisa deveria se dirigir aos descendentes de italianos em São Paulo e à ascensão social pela via da educação superior, dentro de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais de São Paulo (IDESP), coordenado pelos professores Boris Fausto e Sergio Miceli. Inicialmente foram pesquisados os formandos das diferentes turmas da Faculdade de Medicina de São Paulo, os arquivos da Faculdade de Medicina - Museu Histórico Prof. Carlos da Silva Lacaz, a Biblioteca do Hospital Umberto I, o Arquivo do Estado, e a documentação da antiga Secretaria da Saúde, entre outros, verificando-se um grande número de médicos de origem italiana, que exerceram suas atividades em São Paulo e interior, desempenhando importante papel junto à colônia italiana e nacional, em várias atividades na área da saúde e pesquisa médica em São Paulo. Desta forma, optou-se por traçar o quadro da participação desses profissionais na constituição

<sup>1</sup>Bacharel e Doutora em Ciências Sociais, Prof. aposentada da UNESP - Campus de Araraquara e Docente e Pesquisadora do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi e pesquisadora do Núcleo de Estudos Populacionais da Universidade de Campinas. Contato: mirsalles@uol.com.br

<sup>2</sup>Excluindo-se aqueles primeiros médicos vindos na década de 30 do século XIX, que se fixaram no Rio de Janeiro e outros estados.

do que se chamou o “campo médico paulista”, utilizando as seguintes fontes: biografias e memórias, almanaques italianos e nacionais, revistas médicas, balanços e relatórios da Sociedade de Beneficência em São Paulo, boletins editados na Itália pelo Ministero degli Affari Esteri e Commisariato dell’Emigrazione, os Bolletino dell’Emigrazione, de 1902 a 1927, boletins do Departamento Estadual do Trabalho, edições comemorativas da fundação do Hospital Umberto I em 1954, relatórios da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entrevistas com professores da Faculdade de Medicina e com o Prof. José Francisco Archimedes Lammoglia, profissional que trabalhou sempre junto ao Hospital Umberto I.

Consultadas essas fontes e traçadas as levas mencionadas acima, construiu-se um quadro de trajetórias que possibilitou entender as origens italianas e a formação profissional, permitiu avaliar a inserção social e profissional do grupo em São Paulo, para além das histórias individuais. Assim, foi possível acompanhar também a prática médica paulista, as condições médico-sanitárias, as políticas de saúde, a participação da sociedade civil e as possibilidades de acesso ao atendimento médico da população, em particular do imigrante.

## **As Condições Médico-sanitárias e a Prática Médica em São Paulo**

### *A Saúde Pública*

Em linhas gerais, a imigração de médicos italianos para São Paulo, verifica-se no período que compreende as décadas finais do século XIX e primeiras do século XX, período em que ocorrem intervenções nas condições sanitárias do Estado, com a implementação de políticas para a área de saúde postas em prática por uma elite econômica, política, intelectual e científica bastante atuante em São Paulo, e assumidas pelo Estado a partir da política de imigração subsidiada.

Santos (1980), discutindo a política de saúde pública desde o final do Império, enfatiza o papel de destaque de São Paulo no cenário nacional. Embora o Rio de Janeiro e a Bahia também tivessem uma importante atuação na área, é interessante observar que esses estados possuíam uma tradição de ensino médico, uma vez que eram sede das duas únicas escolas médicas do país (Salvador e Rio de Janeiro). As ações de saúde pública em São Paulo, assim como no Rio de Janeiro, se caracterizam por ter atrás de si a iniciativa do Estado, a partir de um movimento científico e intelectual, que encontrou “forte oposição junto à imprensa e à opinião pública” (SANTOS, 1980, p.244). No caso de São Paulo, a falta de uma escola médica, não impediu, ao contrário, incentivou, o desenvolvimento de um meio intelectual e científico favorável ao florescimento da pesquisa e da atuação em saúde pública. Ou seja, o desenvolvimento científico em bacteriologia e em patologia ocorreu fora das escolas médicas (STEPAN, 1976; CORRÊA, 1982).

A partir de 1890 o estado de São Paulo viveu um período de 15 anos de epidemias de febre amarela, além da varíola, da febre tifóide, tracoma, etc. A esse respeito, ver trabalhos importantes e recentes de Telarolli Jr. (1993), Ribeiro (1993) e Junqueira (2004).

A febre amarela foi eliminada da maior parte dos municípios paulistas no final do século XIX, tendo persistido em Santos e na região da Mogiana até sua extinção na forma epidêmica em 1904. A reforma de saúde e a campanha sanitária empreendidas pelo estado com o apoio dos cafeicultores, limitaram-se aos centros urbanos, as fazendas constituindo-se no limite dos inspetores sanitários. Esse fato talvez explique o caráter urbano da concentração dos médicos italianos nas zonas cafezeiras do estado de São Paulo. Foram criadas nesse processo, instituições de saúde dentro da própria política sanitária, o que significou a possibilidade de expansão do campo médico paulista e a incorporação dos profissionais italianos.

Em 1892, instituiu-se o serviço Sanitário do Estado de São Paulo “que se apresenta como marco no processo de expansão do campo médico paulista, por determinar a criação de diversas instituições ligadas, tanto à prática médica, como ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos nesse campo” (TEIXEIRA, 1994: 37).

A beneficência em São Paulo, o atendimento ao imigrante e o desenvolvimento de práticas alternativas de cura

O fato da política de saúde em São Paulo ter se voltado sobretudo para a saúde pública, acarretou a ausência de políticas sociais voltadas à assistência individual à saúde da população, o que resultou na proliferação de serviços de filantropia e beneficência durante as primeiras décadas da República.

*“Na ausência de uma política estatal de prestação de assistência individual à saúde, esta era de responsabilidade individual, dependendo dos recursos financeiros de cada um e, na ausência destes, de um reduzido leque de hospitais filantrópicos. O recurso aos curandeiros era generalizado e estes nem sempre utilizavam em suas intervenções as técnicas então consideradas mais adequadas e seguras. A maioria dos partos na capital e cidades do interior do Brasil, era realizada por parteiras práticas”* (TELAROLLI JUNIOR, 1993, p.31).

Essas condições são descritas nos Relatórios dos inspetores italianos encontrados nos Bolletino dell’emigrazione e revelam a carência de médicos, sobretudo nas fazendas.

*“A prepotência e os maus tratos por parte dos administradores das fazendas crescem dia a dia... O trabalho começa às 5 da manhã e vai até às 6 da tarde...Se o colono fica doente, no primeiro dia é deixado em paz... no segundo dia, se está ainda doente, o feitor lhe dá um pouco de óleo de rícino, cobrando 5 mil réis... Assim, quando um desses infelizes colonos cai doente, é uma verdadeira desgraça. Nas fazendas, longe dos centros urbanos, tinham que pagar por uma visita médica, 60 mil réis pela viagem e mais 5 mil réis pela visita. Algumas famílias, segundo um Bergamasco, se cotizavam em grupo de 40, pagando cada família, 2 mil réis por mês ao patrão pelo médico. Mas o médico era chamado muito pouco, já que o administrador gostava de guardar o dinheiro do abonoamento, mais os 5 mil réis do óleo de rícino ou outras misturas que ministrava”* (MAZZUCONI, 1905, p.45).

Desta forma, algumas alternativas se apresentavam ao atendimento à saúde: além de um decreto do governo brasileiro de 1907, que criava núcleos coloniais que, em con-

dições especiais seriam cedidos aos imigrantes de menos de 60 anos, previa-se, por esse decreto, a assistência médica gratuita e a distribuição de remédios quando necessários. O governo italiano havia criado em 1901, um Fundo de Emigração, que assegurava subsídios aos dispensários farmacêuticos e hospitais italianos, creches e orfanatos. Essas providências, contudo, não parecem ter resolvido o problema de atendimento à saúde dos imigrantes. As queixas dos imigrantes, contidas nos relatos dos inspetores italianos, abrangiam vários aspectos da vida quotidiana e as condições de alojamento na Hospedaria dos Imigrantes e nas fazendas. Com a imigração, também aumentou o exercício ilegal da medicina e a disseminação, entre os imigrantes, de práticas e hábitos caseiros de cura, assim como o recurso a todo tipo de curiosos, parteiras e curandeiros. (TELAROLLI JR., 1993; TEDESCHI, 1907). Telarolli Jr. relata que 98% dos nascimentos ocorriam nos próprios domicílios, assim como a maior parte das mortes. Entretanto, ressalta ainda que nas duas primeiras décadas da República, houve uma abundante legislação estadual no sentido da regulamentação do exercício profissional das parteiras, exigindo nos casos graves, a presença do médico, embora esse fosse um dispositivo de difícil aplicação. Nos Almanques da cidade de São Paulo, constatam-se muitas parteiras estrangeiras, na capital e interior.

### **A Beneficência e o Mútuo-Socorro**

A participação em associações diversas e de mútuo-socorro foi uma prática freqüente entre os estrangeiros desde o final do século XIX, mas foi sobretudo a partir de 1890 que as sociedades aumentaram em número e importância. Verifica-se em 1912, 392 entidades de beneficência em São Paulo. Dessas, 11 são estrangeiras: 77 italianas, 14 portuguesas, 13 espanholas, 4 sírio-libanesas, 2 alemãs e uma francesa. (SALLES, 1997). Na Capital, em 1910, havia o Hospital Oftálmico do Morro Vermelho, a Sociedade Leale Oberdan, a Sociedade Beneficente Vítório Emanuele II, a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Galileu Galilei, a Sociedade Italiana Operária de Mútuo Socorro Ettore Frei e a Sociedade Italiana de Beneficenza, Hospital Umberto I. Uma obra comemorativa do cinquentenário da imigração italiana de Pisani (1937) aponta um crescimento das obras filantrópicas em 1937, num total de 13 na Capital (SALLES, 1997).

Diz Trento, 1992, em seu trabalho sobre o associacionismo italiano em São Paulo, que se reunir em círculos e associações foi exigência imprescindível dos italianos, mesmo nas zonas as mais longínquas do interior paulista: de Campinas a Bauru, de Ribeirão Preto a Salto, de Araraquara a Avaré, não houve centro urbano por menor que fosse, que não conhecesse a presença de uma ou mais associações italianas, facilitada pela dispersão da própria imigração pelas zonas cafeeiras. Assim, o associacionismo aparece como fenômeno urbano, mesmo que a mão-de-obra italiana tenha se dirigido para o meio rural visto que as cidades acolheram os egressos do campo à procura de qualquer trabalho.

Na Capital, destacam-se a Sociedade Italiana de Beneficência e o Hospital Umberto I como as mais importantes

e significativas obras coletivas dos italianos e as que propiciaram visibilidade da medicina italiana.

Os médicos italianos, bem como outros membros da comunidade italiana, tiveram uma participação efetiva em institutos de pesquisa e na Faculdade de Medicina. O Instituto Pasteur de São Paulo, criado em 1904 teve entre seus postos-chave, o presidente do estado de São Paulo, o cônsul da França e o da Itália. Este último foi incluído em razão das generosas subvenções da colônia italiana. O conde Matarazzo foi patrono, ao lado de importantes personalidades do mundo médico e empresarial paulista. O Dr. Antonio Carini, médico italiano que trabalhava na Suíça, foi chamado a ocupar a direção do Instituto.

A criação da Faculdade de Medicina de São Paulo em 1912 (cuja primeira turma entra em 1913), teve como seu primeiro diretor o Prof. Arnaldo Vieira de Carvalho, que chamou vários nomes importantes da medicina italiana para integrar o corpo docente, como Alfonso Bovero e Alessandro Donati.

Junto ao Instituto Pasteur, desenvolve-se uma importante Revista Médica, intitulada Arquivos de Biologia e junto à Faculdade de Medicina, a ARS Médica, ligada à Associazione italiana per lo studio e incremento delle discipline mediche, anexa ao Hospital Umberto I. Faziam parte da Diretoria, além de Bovero, Luigi Manginelli, Ernesto Tramonti, Alessandro Donati, Carlo Mauro, Marcelo Bifano, Costabile Comenale e Nicola Pessolano.

Essas iniciativas italianas tiveram grande peso na divulgação da produção médica e científica do período. Desde finais do século XIX e durante as três primeiras décadas do século XX, a veiculação da produção brasileira era feita em periódicos nacionais, que foram sendo publicados à medida da expansão do campo médico. Em São Paulo, a necessidade de organizar as estatísticas médicas no período das epidemias, forçou a Diretoria Sanitária a instalar o Serviço Estatístico Demógrafo-sanitário, que publicou seus anuários. Mas as revistas médicas só começariam a aparecer depois da criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia. A primeira foi a Revista Médica criada em 1899 e que durou apenas um ano. No início do século, as mais importantes foram a Revista Médica de São Paulo, os Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia, a Revista Médica do Instituto Pasteur e a Gazeta Clínica. Assim, a fundação da sociedade médica italiana e a publicação de uma revista científica em italiano, significaram a concretização de uma sociedade italiana de cultura superior *all'estero*, conforme palavras do Dr. Manginelli, no final da 5ª sessão ordinária da Sociedade, em 18 de dezembro de 1923. Outra importante revista foi a Folia Clinica et Biológica, criada pelo dr. Dino Vanucci, oftalmologista, que divulgou a produção científica italiana nos anos 30 (SALLES, 1997).

### **Considerações Finais**

Este trabalho resultou do uso de diferentes fontes como biografias e memórias de personalidades da medicina italiana e paulista que vão desde grandes nomes da medicina, até simples médicos clínicos de consultório no interior, objetivando, dessa forma, entender suas trajetórias, num momento particularmente rico na constituição do campo

médico paulista. As biografias foram utilizadas no sentido de reconstruir as origens e as trajetórias dos médicos italianos em São Paulo, tanto profissionais como pessoais e familiares evidenciando uma estreita ligação com a corrente imigratória italiana, com destaque para as cidades e regiões cafeeiras do interior.

Deve ser mencionado que os médicos italianos tiveram uma participação efetiva na sociedade paulista entre o final do século XIX até a década de 1940, seja no atendimento clínico particular, seja organizando e atuando em entidades de socorro-mútuo e filantrópicas, trabalhando nas principais escolas e instituições médicas do Estado, participando de entidades de classe e da criação de revistas médicas italianas para divulgação das pesquisas na área. A situação seria bem diferente durante e depois da segunda guerra mundial, verificando-se intervenções nos empreendimentos italianos. Preciosas informações foram fornecidas pouco antes do fechamento do Hospital Matarazzo, pelo médico descendente de italiano, Dr. José Francisco A. Lammoglia.

### **Referências Bibliográficas**

- CORRÊA, M. **As ilusões da liberdade. A escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. 1982. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- JUNQUEIRA, M.P. **São Carlos em tempos de epidemias: imigração através dos jornais**. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara.
- MAZZUCONI, Dottore. **Le Condizioni degli italiani nello stato di San Paolo, Brasile**. Bollettino dell'Emigrazione, n.9, p. 75, 1905.
- RIBEIRO, M.A.R. **História sem fim: inventário da saúde pública em São Paulo: 1880-1930**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- SALLES, M.R.R. **Médicos italianos em São Paulo: 1890-1930**. São Paulo, Editora Sumaré/IDESP, 1997.
- SANTOS, L.A.C. **Estado e Saúde Pública no Brasil:1889- 1930**. Revista Dados, n° 2 (23) 1980. p. 237-250.
- STEPAN, N. **Gênese e evolução da Ciência Brasileira**. Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- TEDESCHI, U. **Le condizione sanitarie degli emigranti italiani nello stato di San Paolo, Brasile**. Bollettino dell' emigrazione, n° 2, 1907.
- TEIXEIRA, L.A. **Ciência e Saúde na Terra dos Bandeirantes. A Trajetória do Instituto Pasteur em São Paulo: 1903-1916**. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- TRENTO, A. **Le associazioni italiane a San Paolo, 1878-1960**. In: DEVOTO, F.; MIGUEZ, E. (Orgs.). *Asociacionismo, Trabajo e Identidad Étnica*. Buenos Aires, 1992.